

Presidente Dyogo Oliveira debate finanças sustentáveis em seminário do G20



O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, entre os participantes do evento

“Precisamos construir um sistema em que o mercado financeiro ganhe dinheiro fazendo o que é certo”, afirmou o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Dyogo Oliveira, durante o seminário “Finanças Hoje para o Nosso Amanhã: Reorientando finanças para a sustentabilidade ambiental”, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em 30 de setembro, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

No painel que debateu “Como o valor dos ativos ambientais influencia as decisões dos atores financeiros”, o presidente da CNseg afirmou que o mercado financeiro ainda não acordou para a urgência da crise climática e que “o problema não é a falta de recursos, mas a falta do entendimento dos riscos”, declarou.

Apesar de reforçar o papel da regulação para o setor, Dyogo destacou a existência de entraves na regulação, especialmente no setor segurador, para que as empresas possam investir em projetos que tragam maior resiliência para o país. “As seguradoras brasileiras possuem cerca de R\$ 2 trilhões em reservas, mas restrições regulatórias de investimentos dificultam a alocação em projetos capazes de apoiar o Brasil a se tornar mais resiliente para enfrentamento das crises climáticas”, pontuou destacando que os títulos verdes do Tesouro Nacional poderiam ser uma opção, mas que até agora só foram comercializados no exterior.

Além do desafio regulatório, Dyogo foi categórico ao reafirmar a necessidade de se ampliar a cobertura securitária em áreas com mais riscos ambientais. Citando como exemplo o caso das últimas enchentes no Rio Grande do Sul, informou que “as indenizações pagas pelas seguradoras giraram na ordem dos R\$ 6 bilhões, mas isso corresponde a apenas cerca de 6% do total do prejuízo na região”.

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, em sua fala na abertura do evento, informou, com dados do Fórum Econômico Mundial, que 50% do PIB mundial depende muito ou moderadamente da natureza e mais de 75% do que é produzido no Brasil depende diretamente das chuvas das nuvens originadas na Floresta Amazônica, que são espalhadas por todo o país por meio dos “rios voadores”. “A sustentação da vida na terra depende de uma natureza suficientemente equilibrada, mas essa inegável obviedade é um ponto cego que nos impede de perceber que precisamos urgentemente pensar e agir de forma muito diferente do que temos feito”, afirmou. E para melhor tangibilizar o problema, ela informou que, no momento, 58% do território brasileiro passa por período de seca, sendo que 1/3 desses 58% em seca extrema, com 931 focos de incêndio. “Há rios na Amazônia que tinham 14 metros de profundidade e agora estão com apenas 70 centímetros”, declarou.

Também presente no evento, o ex-ministro da Fazenda, Armínio Fraga, foi outro que se mostrou pessimista em relação a como o Brasil e o mundo têm lidado com a crise climática: “Estamos indo, de fato, para um desastre”, declarou. Ainda assim, ele reconhece as vantagens do Brasil nesse contexto, devido à sua matriz energética mais limpa, que poderia ser exportada. O mesmo potencial ele identifica no mercado de crédito de carbono, com capacidade, até mesmo, para restaurar as nossas florestas, desde que, “no desenho desse mercado, não prevaleçam ideias atrasadas e não bem-intencionadas”, afirmou. “Quem polui o planeta deve pagar mais e quem economiza carbono deve ser premiado por isso”, concluiu.

O seminário realizado no Museu do Amanhã faz parte do calendário de atividades que antecedem a 19ª Cúpula do G20 na capital fluminense, entre 18 e 19 de novembro deste ano. Composto por 19

países e as Uniões Africana e Europeia, o Grupo dos 20 (G20) é um fórum internacional estabelecido em 1999 para fortalecer a cooperação econômica entre os países membros. Em dezembro de 2023, o Brasil assumiu a presidência do G20, com um mandato que se estende até 30 de novembro de 2024 e tendo o Rio de Janeiro como a capital-sede.

Fonte: CNseg, em 01.10.2024.